



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República em Pernambuco

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 90004/2025

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – PRPE (200090)

OBJETO

Registro de preços para fornecimento de bandeiras internas, externas, nacionais e internacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal, Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios a fim de cumprirem os quesitos protocolares e cerimonialísticos nos eventos institucionais de naturezas nacional e internacional, organizados e executados pela Procuradoria-Geral da República, e dos demais órgãos participantes.

VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 565.299,33

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 07/04/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PARTICIPAÇÃO:

AMPLA CONCORRÊNCIA, com exceção do LOTE 01 e ITEM 08 que serão exclusivos para ME/EPP.

LINK PARA CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

APP STORE:



GOOGLE PLAY:



PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025
(PGEA - 1.00.000.006702/2024-27)

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO – PRPE (UASG: 200090)**, órgão do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, aqui representada pelo seu pregoeiro e sua equipe de apoio, instituído pela Portaria MPF/PRPE/C. Adm. nº 294, de 04 de setembro de 2023, do Exmo. Sr. Chefe Administrativo da PRPE, comunica aos interessados que fará realizar licitação do tipo **MENOR PREÇO**, utilizando o sistema de registro de preços, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/07 e pessoa física ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06), nos termos do procedimento nº 1.00.000.006702/2024-27 e em observância à Lei nº 14.133/2021, à Lei Complementar nº 123/2006, aos Decretos nºs 8.538/2015, 10.818/2021 e demais normas pertinentes.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 07 / 04 / 2025

HORÁRIO: 09h00 (nove horas) - horário de Brasília/DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA PRPE: www.prpe.mpf.mp.br

CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) DA SLDE/PRPE: prpe-cpl@mpf.mp.br

I - DO OBJETO

1.1 - Registro de preços para fornecimento de bandeiras internas, externas, nacionais e internacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal, Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios a fim de cumprirem os quesitos protocolares e cerimonialísticos nos eventos institucionais de naturezas nacional e internacional, organizados e executados pela Procuradoria-Geral da República, e dos demais órgãos participantes, conforme especificações (**ANEXO I**) e consoante as demais condições estatuídas neste edital e seus anexos.

1.2 - As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (**ANEXO VI**).

1.3 - São partes integrantes deste edital:

- **ANEXO I** - Termo de Referência
- **ANEXO IA** - Quantitativos estimados por unidade participante
- **ANEXO IB** - Lista das principais bandeiras utilizadas
- **ANEXO II** - Modelo de Declaração de Regularidade – Resolução CNMP n.º 37/2009
- **ANEXO III** - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental
- **ANEXO IV** - Modelo de Declaração de inexistência de Trabalho Escravo, Não Exploração de Trabalho Infantojuvenil e Não Discriminação
Modelo de Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida
- **ANEXO V** - para Enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública.
- **ANEXO VI** - Minuta da Ata de Registro de preços
- **ANEXO VII** - Minuta de Contrato

1.4 - Em caso de divergência existente entre a especificação contida no Termo de Referência e a especificação do objeto no Compras.Gov (CATMAT), sempre prevalecerá a primeira.

II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 - A participação se dará mediante Sistema de Pregão Eletrônico integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1 – A licitação será divulgada no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender;

2.1.2 - O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br;

2.1.3 - O licitante é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou a este órgão a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 - Para participar da licitação, o licitante deverá ainda se **CREDENCIAR** perante o provedor do sistema da PREGÃO ELETRÔNICO, através do sítio www.Compras.gov.br.

2.2.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.2.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da empresa ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.3 - Poderão participar da licitação as empresas que:

2.3.1 - estiverem devidamente **CADASTRADAS** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);

2.3.2 - explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão 503/2021 – Plenário);

2.3.3 - manifestarem pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, bem como que a proposta esteja em conformidade com o exigido no instrumento convocatório;

2.3.3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

2.3.4 - responsabilizarem-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3.5 - responsabilizarem-se em conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.5.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.3.6 - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.7 - estiverem enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, nos termos do Art. 13 do Decreto 8.538/2015. Para todos os itens/lotes, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.3.7.1 - A não observância do disposto no **subitem 2.3.7** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.3.7.2 - A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte ou equiparada que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (**ANEXO V**).

2.4 - Não será admitida a participação de empresas:

2.4.1 - que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.4.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.4.2.1 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.4.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.4.1 - Este impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4.4.1.1 - Caso conste, na consulta ao SICAF do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.4.4.1.2 - A tentativa de burla ao certame será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

2.4.4.1.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

2.4.4.2 - Será, também, realizada verificação de existência de registros impeditivos no Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União, no Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União e no Cadastro Nacional de condenações cíveis por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça, conforme determinação do item 9.5.1.5 do Acórdão TCU nº 1793/2011-Plenário;

2.4.4.3 - A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s), por força do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

2.4.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função no setor de licitações e contratações diretas ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.6 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.7 - organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário);

2.4.8 – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.4.9 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);

2.4.10 - empresas prestadoras de serviços das quais membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o art.3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos termos constantes do modelo anexo a este edital;

2.4.11 – empresas que não se qualifiquem como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas; e

2.4.12 – empresas que, embora qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.5.1 - Esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 2.4.2 e 2.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7 - O disposto nos **subitens 2.4.2 e 2.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

III – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.3.2 - sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.3.3 - atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

3.3.4 - inexistente impedimento à sua habilitação e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

3.3.5 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.6 - está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.3.7 - cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3.3.8 - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.9 - cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1 - no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os **subitens 3.3 a 3.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

3.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1- a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.9.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima;

3.9.3 - sem prejuízo do disposto, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital;

3.9.4 - o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior ao lance já registrado por ele no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, ou percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.9.5 - o valor mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos licitantes.

3.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.12 - Os documentos de habilitação somente serão exigidos do licitante que tiver a sua proposta aceita na ordem de classificação, quando solicitado, por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**.

IV – DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme **subitem 3.2**, observando o seguinte:

4.1.1 - Em nenhuma hipótese, será recebida/cadastrada proposta fora do prazo estabelecido;

4.1.2 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

4.1.3 - Para formular a proposta, que ocorrerá, exclusivamente, pelo sistema eletrônico, a empresa deverá preencher os campos próprios do sistema, sem identificação da empresa, sob pena de desclassificação.

4.1.4 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.6 - O arquivo de proposta, a ser encaminhada, por meio do recurso de remessa de arquivos do Sistema Eletrônico, após a fase de lances deverá conter:

4.6.1 - a **especificação do objeto**, nos termos do **ANEXO I** deste Edital;

4.6.2 - o **valor unitário do item**;

4.6.2.1 - os valores unitários, com no máximo duas casas decimais, não poderão ser superiores aos máximos admissíveis relacionados no **ANEXO I** deste Edital, e neles deverão estar inclusos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas;

4.6.3 - a **marca/modelo e/ou o fabricante** do produto cotado, os quais deverão estar impressos na embalagem dos produtos e/ou no corpo do material, conforme o caso;

4.6.4 - o **prazo de validade da proposta**, que não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo considerada a data de realização da sessão.

4.6.5 - os **dados do representante legal** da empresa (nome completo, cargo ou função, número de identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone e e-mail);

4.6.6 - os **dados bancários** do fornecedor (banco, agência e número da conta corrente).

4.6.7 - Os documentos enviados e anexados no sistema eletrônico deverão observar os tipos aceitos no sistema e os exigidos neste edital.

4.7 - O fornecedor deverá apresentar, junto com a proposta, catálogos, folders e/ou documentos comprobatórios, quando solicitados, sempre que necessário para retirar dúvidas quanto a qualidade do produto e adequação aos critérios solicitados na descrição do produto.

4.8 - Além das declarações previstas no **subitem 3.3**, o fornecedor deverá apresentar ainda, por ocasião do envio do arquivo de proposta:

4.8.1 - Declaração de Regularidade, nos termos do **Anexo II** deste Edital e do art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009;

4.8.2 - Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, expedida pelo representante legal do fornecedor, nos moldes do **ANEXO III** deste Edital.

4.8.3 - Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo, Não Exploração de Trabalho Infantojuvenil e Não Discriminação, nos moldes do **ANEXO IV** deste Edital, conforme o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF.

4.8.4 - Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública, **ANEXO V** deste Edital, nos termos do [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

4.9 - A PR/PE reserva-se no direito de verificar a autenticidade dos produtos adquiridos e, em eventual caso de apresentação de produto não autêntico, proceder-se-á à denúncia junto ao respectivo fabricante, sem prejuízo das sanções legais decorrentes;

4.10 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão tidos como inclusos nos preços e, dessa forma, não serão deferidos pleitos referentes a quaisquer acréscimos, a estes ou a qualquer título.

V – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 - O lance deveser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7.1 - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários".

5.8 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento), conforme Termo de Referência.**

5.9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 - O modelo de disputa adotado neste certame será **"aberto e fechado"**.

5.11 - Considerando as regras do modo de disputa "aberto e fechado", constante na IN SEGES nº 73/2022 o procedimento é o seguinte:

5.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 15 (quinze minutos)**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que **o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17 - Em relação a itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

5.18 - Havendo itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1 - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2 - empresas brasileiras;

5.19.2.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico, dentre as propostas empatadas.

VI – DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

6.2 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Nº 14.133/2021, legislação correlata e no **subitem 2.4** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1 – SICAF;

6.2.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.2.4 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.5 – Cadastro de responsáveis inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO>).

6.2.6 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 - Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação.

6.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto no **subitem 6.9**, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

6.5 - O pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.5.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração ou pelo não atendimento as especificações do edital.

6.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.6 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Caso haja impossibilidade de remetê-la por meio do sistema ou dentro do prazo definido, conceder-se-á, mediante solicitação imediata do fornecedor, a opção de envio por meio do e-mail da CPL/PRPE (prpe-cpl@mpf.mp.br), ou prazo maior, conforme o caso, sob pena de desclassificação, a critério da administração.

6.6.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

6.6.1.1 - por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

6.6.1.2 - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

6.6.2 - Os valores propostos deverão conter, no máximo, **dois algarismos após a vírgula**.

6.6.3 - A proposta adequada/atualizada deverá ser enviada no sistema, juntamente com documentos complementares listados no **subitem 4.8**, bem como catálogos, folders e/ou documentos comprobatórios, quando solicitados.

6.7 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **subitens 2.3.8.2 e 3.4** deste edital.

6.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1 - conter vícios insanáveis;

6.8.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9.2 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 - O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante *chat*, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação da proposta ajustada, após a fase de lances, antes da abertura do prazo constante no **subitem 6.6**. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, será desclassificada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.

6.11 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta sessão, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

6.13 - Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

VII – DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

7.1 – Habilitação jurídica (constante no nível II do SICAF)

7.1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.3 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.1.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.6 - Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.7 – Sociedade cooperativa:

- a) ata da fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da disputa (IN nº 05/2017, ANEXO VII A, subitem 10.5).

7.1.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 - Habilitação fiscal, social e trabalhista (constante no nível III e IV do SICAF):

7.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;

7.2.2 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3 - prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal relacionada à arrecadação tributária referente ao objeto, por meio de certidões negativas, ou equivalentes, na forma da lei;

7.2.4 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social - CND e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.2.5 - prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.2.6 - Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na forma prevista no modelo "A", anexo ao Decreto n.º 4.358/02, **em campo próprio do Sistema Eletrônico**, sob as penas da lei, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei n.º 9.854/99).

7.2.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3 - A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.3.2 - É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, a respectiva documentação atualizada.

7.3.3 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3.4 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.3.5 - As microempresas, as empresas de pequeno porte e as equiparadas deverão apresentar os documentos exigidos nos **subitens 7.2.3 a 7.2.5** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que ela apresente alguma restrição.

7.3.6 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3.7 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.3.8 - O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação da documentação referidos no **subitem 7.3.2**. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada ou inabilitada,

inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.

7.3.9 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no **subitem 7.3.2**, nas seguintes situações:

7.3.9.1 - por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

7.3.9.2 - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

7.4 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.4.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.4.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.5 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.5.1 - Nessa hipótese, será possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou a falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante na data da abertura da sessão, quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

7.6 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Licitação e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, **no prazo de máximo de 2 (duas horas), a contar da convocação no sistema**, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.7 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7.2 - Serão aceitos registros de CNPJ de empresa matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.9.1 - A apresentação do certificado de condição do Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

7.10 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.10.1 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.3.2**.

7.10.2 - Caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa qualificada com microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.10.3 - A prorrogação do prazo previsto no **subitem 7.10.2** poderá ser concedida, a critério da Administração da PRPE;

7.10.4 - A não-regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração, na forma do **subitem 7.10.1**, convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

7.11 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12 - Poderão ser saneados, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

7.13 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

VIII - DOS RECURSOS

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.2.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **no prazo de 10 (dez) minutos**, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2.2 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.3 - O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação por e-mail (prpe-cpl@mpf.mp.br), no sítio eletrônico <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

IX - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta.

9.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5 - fraudar a licitação;

9.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 - advertência;

9.2.2 - multa;

9.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

9.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

9.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6 - critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23.

9.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1 - Para as infrações previstas nos **subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.

9.4.2 - Para as infrações previstas nos **subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.

9.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **subitem 9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 - Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

9.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

9.16 - A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

9.17 - Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023.

X - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

10.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail prpe-cpl@mpf.mp.br.

10.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Após a homologação, o representante legal da empresa declarada vencedora deverá promover o seu cadastramento junto ao Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF (<https://apps.mpf.mp.br/spe/login>), no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**.

11.2 - O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de licitação.

11.2.1 - O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, garantida a eficácia das Cláusulas.

11.2.2 - O prazo previsto para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário, dentro do prazo e aceita pela Administração.

11.3 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.4 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.6 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.1.3 - Enquanto não houver a funcionalidade no sistema Compras.gov.br, a convocação para o registro a que se refere esse subitem ocorrerá por mensagem no chat, antes do encerramento da sessão pública.

12.1.4 - Os fornecedores interessados em realizar o registro, no **prazo de 24 horas** a contar da data de encerramento da sessão, declarada pelo Pregoeiro, deverão encaminhar e-mail com sua proposta, conforme umas das opções previstas no **subitem 12.1.1 e 12.1.2**, para o endereço prpe-cpl@mpf.mp.br.

12.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 25 e art. 26 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

12.4 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas a obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

13.1 - Após a homologação, o representante legal da empresa declarada vencedora deverá promover o seu cadastramento junto ao Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF (<https://apps.mpf.mp.br/spe/login>), no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**.

13.2 - O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de licitação.

13.2.1 - O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, garantida a eficácia das Cláusulas.

13.2.2 - O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3 - A assinatura do termo de contrato, ou o aceite de instrumento equivalente, implica no reconhecimento de que:

13.3.1 - Aplica-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.3.2 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.3.3 - Poderá ser acrescentada a contratação qualquer vantagem apresentada pelo vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste edital.

13.3.4 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.4 - Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital/Aviso, que deverão ser mantidas pelo contratado durante a vigência do contrato, bem como será consultada previamente a existência de registro no CADIN para fins do art. 6º-A, da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, na redação da Lei n. 14.973, de 16 de setembro de 2024.

13.5 - Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e/ou no CADIN, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos, se for o caso.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, Compras.gov.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

14.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Transparência do MPF, no endereço eletrônico Internet: Licitações (mpf.mp.br).

14.11 - Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

Recife/PE, 21 de março de 2025.

CINTHIA DE CARVALHO FEITOSA MENDONÇA
AGENTE DA CONTRATAÇÃO / PRPE

ANEXO I

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 - O presente termo de referência tem por objetivo nortear o fornecimento de bandeiras internas, externas, nacionais e internacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal, Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios a fim de cumprirem os quesitos protocolares e cerimonialísticos nos eventos institucionais de naturezas nacional e internacional, organizados e executados pela Procuradoria-Geral da República, e dos demais órgãos participantes, utilizando o sistema de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos descritos, bem ainda com os preços máximos aceitáveis para a contratação e demais condições gerais deste termo.

1.2 - As especificações técnicas dos materiais, as quantidades máximas a serem contratadas e valores máximos aceitáveis estão detalhados no **ITEM 9 – ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE PREÇOS** deste Termo de Referência.

1.3 - Os Quantitativos estimados para todos os órgãos participantes estão relacionados no **ANEXO A - QUANTITATIVOS POR UNIDADE PARTICIPANTE** deste instrumento.

1.4 - Ramo de Atividade predominante da contratação: Os Códigos dos Material / PDM (padrão descritivo de material) estão discriminados na tabela a baixo.

ITEM	CÓD. CLASSE	CÓD. PDM	CÓD. MAT. COMPRAS	DESCRIÇÃO
1.	8345	3294	246325	BANDEIRAS DE DOIS PANOS
2.	8345	3294	463183	BANDEIRAS DE TRÊS PANOS
3.	8345	1490	486476	MASTRO DE MESA COM BASE QUADRADA.
4.	8345	3294	485280	BANDEIRAS DE MESA
5.	4020	5854	238910	AMARRAS PARA HASTEAR BANDEIRAS
6.	8345	1490	282833	MASTROS ALUMÍNIO
7.	8345	12391	607382	BASES/SUORTES/PEDESTAIS DE MADEIRA
8.	8345	11013	361291	PONTEIRA DE MASTRO DE BANDEIRA EM ALUMÍNIO

1.5 - O **prazo de vigência da ata de registro de preços** será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. 19 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

1.5.1 - No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado (§ 1º do art.19 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024).

1.6 - O prazo de vigência do contrato será de **1 (um) ano**, contado a partir da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6.1 - Os materiais são enquadrados como fornecimento de **caráter continuado**, nos termos do Art. 6º, XV, da Lei 14.133/2021, uma vez que são materiais necessários ao cerimonial da PGR e demais unidades do MPF, no desempenho de suas atribuições, e que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de suas atividades na representação das Instituições em seus encontros protocolares com autoridades estrangeiras e nacionais. Essas atividades fazem com que o cerimonial precise encomendar bandeiras dos estados nacionais, países e/ou organismos internacionais sempre que ocorrem eventos oficiais, ocasionando uma demanda variável disponível a todo tempo.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

*XV - serviços e **fornecimentos contínuos**: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;*

1.6.2 - A contratação em caráter contínuo permite uma gestão mais eficiente, já que assegura a disponibilidade imediata do material, além de permitir a reposição conforme a necessidade específica, atendendo ao princípio da economicidade, na medida em que não haverá custo de uma nova licitação.

1.6.3 - Dessa forma, com base nos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contrato com prazo de vigência de 12 (doze) meses e prorrogável por até 10 anos.

1.6.4 - A critério da Administração, o Termo de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, tendo em vista a possibilidade de realizar compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme art. 95, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

2 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – Da necessidade da contratação

A Procuradoria-Geral da República (PGR) e demais unidades do Ministério Público Federal (MPF) têm a responsabilidade de zelar pela correta representação simbólica do país e das relações internacionais em seus ambientes institucionais.

A contratação tem como objetivo a aquisição de bandeiras nacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal) e internacionais (Países, Organizações Nacionais e Internacionais) destinadas ao uso interno e externo, considerando serem elementos visuais de grande importância, utilizadas em cerimônias oficiais, eventos e nos ambientes de trabalho, reforçando o respeito às nações e aos símbolos oficiais.

2.2 – Do alinhamento ao Planejamento Estratégico

A presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (PEI/MPF) para o decênio 2022-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 3, de 11 de fevereiro de 2022, na medida em que atende ao seguinte Objetivo Estratégico:

- **Objetivo Estratégico 04 (OE04):** Fomentar a atuação cooperativa com demais órgãos, instituições e com a sociedade civil.

2.3 – Da previsão no Plano de Contratações anual

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 (PCA-2024), etiqueta nº PGR-0164/24 no sistema de Gestão Administrativa (SGA), PGR-D0247/23, migrada para o PCA 2025, etiqueta PGR-0116/25 no sistema de Gestão Administrativa (SGA), PGR-D0219/24, conforme detalhamento a seguir:

- a) Data de publicação do Portal de Transparência do MPF: 28/01/2025
- b) Data de atualização no PNCP do PCA-2024: 20/01/2025

2.4 – Das referências legais

Para a presente contratação são, pelo menos, as referidas abaixo:

- a) Lei 14.133/2021;
- b) Lei Complementar nº 123/2006, atualizada;
- c) Lei nº 12.305/2010;
- d) Decreto nº 10.936/2022
- e) Portaria PGR/MPU nº 85/2022;
- f) Portaria PGR/MPU nº 100/2023;
- g) Portaria PGR/MPU nº 158/2024;
- h) IN SEGES nº 73/2022;
- i) IN nº 01/2010 – SLTI/MPOG.

2.5 - Os materiais a serem adquiridos na presente contratação estão enquadrados como bens de qualidade comum, conforme inciso II, do art. 2º, do Decreto nº 10.818/2021 (Portaria PGR/MPU nº 85/2022).

2.6 – Da natureza do objeto

O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata o Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir especificações usuais, padronizadas e pré-determinadas, cuja forma de execução é objetiva e uniforme, com características pouco variáveis (a variação ocorre predominantemente nos quantitativos), usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pregão.

2.7 – Do enquadramento da contratação

A contratação fundamenta-se no artigo 6º, incisos XLI e XLV, no artigo 28, inciso I, e no artigo 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

2.7.1 – O Sistema de Registro de Preços é oportuno para a presente contratação nos termos do Art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, considerando:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando o MPU julgar pertinente, em especial, quando:

I - pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas contratações nacionais e nas contratações centralizadas;
(...)

2.7.2 – Nos termos do Art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a oferta de quantitativos inferiores aos previstos neste termo de referência;

2.7.3 – Levando em consideração que o Registro de Preços foi justificado em razão da participação de mais de uma unidade do MPF (Art. 3º, inciso III, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024), as contratações de cada unidade ocorrerão mediante baixa (s) dos respectivos quantitativos propostos e registrados em ata de registro de preços, que resultará na celebração do contrato administrativo na forma do **subitem 1.6** ou nota de empenho, instrumento equivalente ao contrato, opção discricionária as unidades participantes.

2.7.4 – É vedada ao órgão gerenciador da ARP a contratação de empresa para o fornecimento do mesmo objeto deste termo de referência, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.5 – **Não** será permitida a adesão de órgãos não participantes da licitação.

2.7.6 – O órgão integrante do presente registro de preços **NÃO** poderá aderir a item da ata de registro de preços para os quais não tenha quantitativo registrado.

2.8 – Do parcelamento do objeto

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

No presente caso, os itens 01 e 02 formaram o LOTE 01 e os itens 03, 04 e 05 o LOTE 02 para garantir a padronização e compatibilidade entre as peças, evitando incompatibilidades técnicas e assegurando a funcionalidade adequada do conjunto. Os demais itens que podem ser adquiridos separadamente, já que não possuem interdependência.

Importante ressaltar que essa estratégia não compromete a competitividade do certame, tampouco prejudica o conjunto ou resulta na perda de economia de escala.

Diante disso, **opta-se, para esta aquisição, pelo agrupamento do objeto em lotes, com exceção dos itens 06, 07 e 08.**

2.9 – Da pesquisa de mercado

Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MÉDIA e/ou MEDIANA** obtido na pesquisa de preços, priorizada a pesquisa no painel de preços do governo federal e o banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações), conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

2.10 – Da participação na licitação

2.10.1 - Considerando o valor estimado da presente contratação, acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como a reserva de cota de 25% não ser vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, a presente licitação **NÃO** será exclusiva, **NEM** será estabelecida cota para ME/EPP, **com exceção do LOTE 01 e ITEM 08**, uma vez que para estes itens a contratação não ultrapassa de R\$ 80.000,00 e portanto serão exclusivos para ME/EPP. Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da **modalidade “Pregão”, na forma Eletrônica, sem tratamento diferenciado para ME/EPP, com exceção do LOTE 01 e ITEM 08 que serão exclusivos para ME/EPP.**

2.10.2 – O objeto desta contratação **não possibilita a participação de pessoas físicas**, de acordo com o art. 4º, parágrafo único, da IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, uma vez que o fornecimento visa garantir a conformidade com as normas e padrões nacionais e internacionais para confecção dos símbolos das bandeiras de cada Ente da Federação, País e Organizações Nacionais e Internacionais. Além disto, trata-se de uma contratação de âmbito nacional, para atendimento a diversas unidades do MPF localizadas em diferentes unidades da federação, para fornecimento contínuo, com previsão de entrega em prazo excepcional de até 24 h (vinte e quatro horas), sendo necessário que o contratado possua uma estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais para a execução do objeto, a fim de assegurar a transparência e a eficiência nos processos licitatórios e contratuais.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 – A solução mais viável para atender às necessidades das unidades ministeriais participantes é a contratação de empresa para fornecimento de diversas bandeiras internas e externas, nacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal), internacionais (Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios, utilizando o sistema de registro de preços, conforme disposto no **ITEM 5 – Modelo de execução do objeto.**

3.1.1 – Demais especificações do objeto, quantidade a ser contratada e valor máximo aceitável estão detalhados no **ITEM 9 – ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE PREÇOS**

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.1.1 – PERSPECTIVA AMBIENTAL

4.1.1.1 – A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços, quando couber:

4.1.1.1.1 – Que os materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.1.1.2 – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.1.3 – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.1.2 - Devem também ser atendidos, pela CONTRATADA, os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.2.1 -A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, bem como o Art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2 - PERSPECTIVA SOCIAL

4.1.2.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. A licitante deverá declarar:

- a)** Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b)** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c)** Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

4.2 - DA GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida garantia contratual de execução, conforme disposto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que, nesta demanda, os pagamentos ocorrerão apenas após o fornecimento dos materiais. Assim, tal exigência torna-se desnecessária, uma vez que não haverá obrigações futuras por parte da Contratante após o recebimento definitivo dos materiais a serem adquiridos.

4.3 – CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

5.1.1 - Os locais de entrega dos materiais e horários estão indicados abaixo, devendo sua entrega ser agendada, previamente com antecedência de, no mínimo, 01 (um) dia útil, com o Setor responsável, de segunda a sexta-feira.

5.1.2 - A entrega do objeto deverá ser realizada em horário comercial, de segunda a sexta, entre 8h e 18h nos seguintes endereços:

UNIDADE GERENCIADORA	ENDEREÇO
Procuradoria da República em Pernambuco - PRPE	Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170 Setor: Seção de Logística da PRPE – SELOG/PRPE Responsável: Ricardo Sérgio Carvalho de Oliveira Telefone: (81) 2125-7336 E-mail: prpe-selog-L@mpf.mp.br

UNIDADES PARTICIPANTES	ENDEREÇO
Procuradoria-Geral da República - PGR	SAF/SUL Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 118.1 - Brasília – DF, CEP: 70050-900

UNIDADES PARTICIPANTES	ENDEREÇO
	Setor: Assessoria de Cerimonial da PGR Responsável: Luciano Figueiredo da Silva Telefone: (61) 3105-8243/ 3105-6373 E-mail: pgr-cerimonial@mpf.mp.br e/ou lucianofigueiredo@mpf.mp.br
Procuradoria Regional da República da 3ª Região - PRR3ª	Alameda Ribeirão Preto, 45 - Bela Vista - São Paulo/SP - Cep: 01331-001 Setor: Seção de Logística da PRR3ª - SELOG/PRR3ª Responsável: Fábio Roberto Barbosa de Andrade / Rodolfo Vieira de Freitas Telefone: (11) 2192-8726/8956 E-mail: prr3almoxarifado@mpf.mp.br
Procuradoria da República em Minas Gerais - PRMG	Avenida Brasil, 1877 - Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG - CEP: 30140-007. Setor: Divisão de Logística e Serviços Gerais - DLSG Responsável: Marília Assenção/Natália Guerra Telefone: (31) 2123-9345/9140 E-mail: prmg-dlsg@mpf.mp.br; prmg-ca@mpf.mp.br
Procuradoria da República no Estado do Amapá - PRAP	Avenida Ernestino Borges, 535, Centro, Macapá/AP - CEP: 69908-198. Setor: Seção de Logística da PRAP - SELOG/PRAP Responsável: Valderi José de Almeida Sena Telefone: (96) 3213-7800/3213-7847 E-mail: prap-selog@mpf.mp.br
Procuradoria da República no Estado do Maranhão - PRMA	Avenioda Sen. Vitorino Freire, 52 - Bairro Areinha - São Luís/MA - CEP: 65.030-015 Setor: Seção de Logística da PRMA - SELOG/PRMA Responsável: Márcio Rogerio Moraes Borges Telefone: (98) 3213-7100/3213-7187 E-mail: prma-selog@mpf.mp.br
Procuradoria Regional da República da 1ª Região - PRR1ª	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, sala 206 - Brasília/DF, CEP: 70.070-911. Setor: Divisão de Logística e Serviços Gerais - DLSG Responsável: Wander Cruz Telefone: (61) 3317-4747 E-mail: PRR1-patrimonio@mpf.mp.br
Procuradoria da República em Mato Grosso - PRMT	Avenida Miguel Sutil, 2625, esquina com rua j Marcio - Jd Primavera - Cuiabá /MT - CEP: 78030-010. Setor: Seção de Logística da PRMT - SELOG/PRMT Responsável: Lorenza Pires de Souza Gomes Telefone: (65) 3612-5000 E-mail: prmt-selog@mpf.mp.br / lorenzapires@mpf.mp.br
Procuradoria da República em Goiás - PRGO	Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Qd. G, Lt. 2, nº 500, Park Lozandes, Goiânia/GO - CEP: 74884-120 Setor: Seção de Logística da PRGO - SELOG/PRGO Responsável: Diana Carla Miranda Carvalho Telefones: (62) 3243-5259. E-mails: dianasilva@mpf.mp.br, mauricioantonio@mpf.mp.br e willamycpimentel@mpf.mp.br
Procuradoria da República no Paraná - PRPR	Rua Marechal Deodoro, nº 933, Centro, Curitiba, Paraná/PR - CEP: 80060-010 Setor: Seção de Logística da PRPR - SELOG/PRPR Responsável: Alexander Vinicius Vistuba Telefone: (41) 32198700/8869 E-mail: prpr-patrimonio@mpf.mp.br
Procuradoria da República em São Paulo - PRSP	Rua Frei Caneca, 1360, Consolação - São Paulo/SP - CEP: 01307-002 Setor: Seção de Logística da PRSP/Almoxarifado Responsável: Anderson Magalhães de Freitas

UNIDADES PARTICIPANTES	ENDEREÇO
	Telefone: (11) 3269-5096 E-mail: andersonfreitas@mpf.mp.br
Procuradoria da República no Acre – PRAC	Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340, Portal da Amazônia, Rio Branco/AC – CEP: 69915-632. Setor: Seção de Logística da PRAC – SELOG/PRAC Responsável: Evandro Oliveira da Silva Telefone: (68) 3214-1408 / (68) 3214-1400 E-mail: prac-selog@mpf.mp.br / evandrosilva@mpf.mp.br
Procuradoria da República em Rondônia – PRRO	Rua José Camacho, 3307, Bairro: Embratel – Porto Velho/RO – CEP: 76.820-886 Setor: Seção de Logística da PRRO – SELOG/PRRO Telefone: (69) 3216-0500 E-mail: prro-selog@mpf.mp.br
Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul – PRMS	Avenida Afonso Pena, 4444, Vila Cidade – Campo Grande/MS – CEP: 79.020-907 Setor: Seção de Logística da PRMS – SELOG/PRMS Responsável: Rodrigo Pistori de Mello Telefone: (67) 3312-7233 E-mail: PRMS-selog@mpf.mp.br
Procuradoria da República no Distrito Federal – PRDF	SGAS 604, Lote 23, Via L2 Sul, Setor de Grandes Áreas Sul, Brasília/DF – CEP: 70200-640. Setor: Seção de Logística da PRDF – SELOG/PRDF Responsável: Diogo Levi da Silva Bento Telefone: (61) 3313-5647 / 3313-5259 / 3313-5513 / 3313-5426 E-mail: prdf-selog@mpf.mp.br
Procuradoria da República no Tocantis - PRTO	ACNE 01 (104 N), conjunto 02, Rua NE 03, Lote 43, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP: 77006-018. Setor: Seção de Logística da PRTO – SELOG/PRTO Responsável: Antônio Pires Telefone: (63) 3219-7200 E-mail: prto-selog@mpf.mp.br
Procuradoria Regional da República da 5ª Região - PRR5ª	Rua Frei Matias Téves, 65, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50.070-450 Setor: DISEGOT/PRR5ª - DIVISÃO DE SEGURANÇA ORGÂNICA E TRANSPORTE/PRR5ª Responsável: Walter Ferreira Lima Telefone: (81) 2121-9800 E-mail: walterlima@mpf.mp.br
Procuradoria Regional da República da 2ª Região - PRR2ª	Avenida Almirante Barroso, n. 54, sala 406, centro - Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-000. Setor: Seção de Logística da PRR2ª – SELOG/PRR2ª Telefone: (21) 3554-9185 E-mail: PRR2-selog@mpf.mp.br
Procuradoria da República em Sergipe - PRSE	Rua José Carvalho Pinto, 280, Galeria Aracaju Boulevard, Bairro Jardins – Aracaju/SE – CEP: 49.026-150. Setor: Seção de Logística da PRSE – SELOG/PRSE Responsável: Rodrigo Teixeira Pontes Telefone: (79) 3301-3767 E-mail: prse-selog@mpf.mp.br
Procuradoria da República em Roraima - PRRR	Rua General Penha Brasil, n 1255, So Francisco - Boa Vista/RR – CEP: 69.305-130. Setor: Seção de Logística da PRRR – SELOG/PRRR Responsável: Luciana Leal ou João Batista ou Robson Guimarães Telefone: (95) 3198-2027 / 2005 / 9 8412-8122. E-mail: prrr-selog@mpf.mp.br
Procuradoria da República -	Av. Jerônimo Monteiro, 625 - Centro - Vitória/ES – CEP: 29.010-003.

UNIDADES PARTICIPANTES	ENDEREÇO
Espírito Santo - PRES	Setor: Seção de Logística da PRES – SELOG/PRES Responsável: Wagner Battestin Telefone: (27) 3211-6400 E-mail: pres-selog@mpf.mp.br
Procuradoria Regional da República da 4ª Região - PRR4ª	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 800 - Porto Alegre/RS - CEP: 90.010-395. Setor: Divisão de Logística e Serviços Gerais – DLSG/PRR4 Responsável: Claudia Viviani Zeilaman Fabris Telefone: 51) 3216-2000 E-mail: prr4-dilog@mpf.mp.br
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul - PRRS	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700 - praia de belas – Poto Alegre/RS - CEP: 90010-395. Setor: Seção de Logística da PRRS – SELOG/PRRS Responsável: Jardim Moura da Costa Telefone: (51) 3284 - 7307 E-mail: prrs-patrimonio@mpf.mp.br
Procuradoria da República no Pará - PRPA	Rua Domingos Marreiros, nº 690, Bairro Umarizal – Belém/Pa – CEP: 66055-215. Setor: Seção de Logística da PRPA – SELOG/PRPA Responsável: Victor Hugo Santos de Oliveira Telefone: 91 3299-0111 (Geral) / 91 3299-0170 (SELOG)
Procuradoria da República em Santa Catarina - PRSC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Torre 3, Bairro Agrônômica – Florianópolis/SC - CEP: 88025-255 Setor: Seção de Logística da PRSC – SELOG/PRSC Responsável: Rodrigo da Silva Higino ou Sérgio Aguiar Telefone: (48) 2107-2475 ou 2107-6245 E-mail: prsc-selog@mpf.mp.br

5.1.2 – A Contratada deverá comunicar à Unidade Ministerial a previsão de entrega do produto, mediante informação dos dados da empresa e seu responsável, e comunicação do rastreamento da mercadoria, sempre que possível.

5.2 – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

5.2.1 - O prazo de entrega deverá ser de, no máximo, **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data do recebimento da ordem de fornecimento, emitida após a formalização da contratação, para o e-mail informado na proposta da empresa vencedora.

5.2.1.1 - Em até **48 (quarenta e oito) horas** nos casos excepcionais, contados do horário de recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.2.1.2 - Caso o término do prazo coincida com feriado ou fim de semana, a entrega deverá ocorrer no primeiro dia útil posterior a essa data.

5.2.2 - Todas as despesas relativas ao transporte e entrega dos materiais adquiridos serão às expensas, exclusivamente, da contratada.

5.2.3 – As mercadorias devem estar embaladas, de forma a não serem danificadas durante as operações de transporte, carga e descarga.

5.2.4 – O acondicionamento e transporte deve ser feito adequadamente à mercadoria, que deve estar devidamente protegida do pó e das variações de temperatura. As embalagens primárias individuais do produto devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.2.4.1 – As Bandeiras a serem fornecidas deverão estar de acordo com as especificações contidas em instrumento legal, que poderão ser obtidas junto à Assessoria de Cerimonial e constam listados no **ANEXO B**, estando essa lista sujeita a acréscimos, conforme a necessidade do CONTRATANTE.

5.2.4.2 – Para garantir a utilização das cores precisas de cada bandeira, será adotado o *Pantone Matching System*, dos Estados Brasileiros, Organismos e outros órgãos ou entidades;

5.2.4.3 – Os mastros, as ponteiros e as bases devem ser fornecidos conforme modelos constantes no **ITEM 9 – ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE PREÇOS** deste Termo de Referência.

5.2.5 - O prazo da entrega poderá ser prorrogado pelo fiscal da contratação, desde que ocorra motivo justo, devidamente fundamentado, e seja solicitado **até 1 (um) dia útil antes da data final fixada para a entrega**, pela contratada.

5.2.5.1 - A falta do material não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a CONTRATADA das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

5.3 – ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO OBJETO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.3.1 – O prazo de garantia contratual do objeto é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), principalmente:

"Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

*II - **noventa dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

(...)

§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito."

5.3.2 – Prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a CONTRATADA deverá solucionar as falhas e/ou substituir os materiais que venham a apresentar defeitos de fabricação, ou ainda, estiver em desacordo com as especificações, sem ônus para o CONTRATANTE.

5.4 – DOS PEDIDOS

5.4.1 – O CONTRATANTE formalizará todos os pedidos de confecção de bandeiras e bandeiras de mesas e outros por meio de Ordem de Fornecimento enviado à empresa por *e-mail*, devidamente fornecido pela CONTRATADA. É responsabilidade da empresa assegurar o funcionamento dos seus equipamentos em horário comercial.

5.4.2 – Do pedido de serviço constarão, claramente indicados, o nome do estado (nacional), do país, da organização internacional ou nacional ou outra entidade, a quantidade e o tamanho das bandeiras.

5.4.3 – Os prazos de entrega passarão a contar a partir do recebimento do e-mail ou a partir das 9 horas da segunda-feira seguinte, caso a comunicação tenha sido recebida durante o final de semana (sábado ou domingo) ou a partir das 9 horas do dia seguinte, se o *e-mail* tiver sido enviado em dia de feriado.

5.4.4 – Em casos excepcionais, o CONTRATANTE poderá fazer pedidos de emergência de pequeno porte, circunstância em que o prazo de entrega será de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do horário de recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.4.5 - Todo material solicitado que não estiver estritamente adequado às especificações deste Termo de Referência, bem como de acordo com aquelas contidas no instrumento legal de cada País ou Organismo Internacional será objeto de não aceitação.

5.5 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

5.5.1 - Em conformidade com o inciso II, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, executado o contrato, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

a) Provisoriamente, de forma sumária pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até **15 (quinze) dias corridos**, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

5.5.2 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas no fornecimento ou no instrumento de cobrança.

5.5.3 - Os materiais fornecidos e/ou serviços executados pela CONTRATADA, recebidos provisoriamente, que não satisfizerem as condições exigidas, serão recusados pela fiscalização e

deverão ser substituídos e/ou refeitos dentro do prazo de entrega fixado na presente contratação (**alínea "b", do subitem 6.4.2 - Obrigações da CONTRATADA**).

5.5.3.1 - Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

5.5.4 - No ato do recebimento das mercadorias, proceder-se-á à conferência das especificações e prazos de validade, quando aplicável, de todos os itens fornecidos.

5.5.5 - O contratado está obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

5.5.6 - Em hipótese alguma serão aceitos materiais em desacordo com as condições pactuadas, ficando, sob responsabilidade da CONTRATADA, o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da contratação nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.5.8 - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.1.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

6.1.2 - Será de responsabilidade da cada Unidade Contratante a fiscalização técnica do contrato e acompanhamento da execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (TR), de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art.17, VI);

6.1.3 - Além do disposto acima, a fiscalização contratual de cada unidade contratante obedecerá às seguintes rotinas:

- a)** Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b)** Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no termo de referência e na proposta de fornecimento, submetendo o assunto à consideração da Administração da Unidade Contratante, para providências.

6.1.4 - A fiscalização contratual de cada unidade contratante anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

6.1.5 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização contratual de cada unidade contratante emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.1.6 - A fiscalização contratual verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X);

6.1.7 - A fiscalização contratual deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento;

6.1.8 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

6.1.9 - Comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.10 - O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1 - Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

6.2.2 - Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no **Subitem 6.2.1**, o **órgão Gerenciador da ata de registro de preços** deverá iniciar o procedimento para reajuste do(s) valor(es) registrados, mediante a aplicação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, **exclusivamente para os quantitativos não contratados após a ocorrência da anualidade**, cientificando a empresa beneficiária da ata de registro de preços do início da instrução.

6.2.2.1 - Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.2.2 - Não iniciado o procedimento de reajuste pelo **órgão Gerenciador da ata de registro de preços**, compete à **empresa beneficiária da ata de registro de preços** solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a empresa suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

6.2.2.3 - Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **Subitem 6.2.2**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da **empresa beneficiária da ata de registro de preços**, do percentual a ser reajustado.

6.2.2.3.1 - Em caso de ausência de manifestação da **empresa beneficiária da ata de registro de preços** sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo **órgão Gerenciador da ata de registro de preços**.

6.2.3 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **órgão Gerenciador da ata de registro de preços** procederá o reajuste adotando a última variação conhecida, procedendo a complementação da diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.2.4 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.2.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.2.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço.

6.2.7 - O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ao registro de preços.

6.2.8 - As disposições previstas neste Termo, para o reajuste dos preços registrados, não impedem a negociação entre as partes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração.

6.3 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.4 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.4.1 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das exigências deste Termo de Referência, abaixo relacionadas, o Órgão contratante ficará obrigada às exigências constantes na Ata de Registro de Preços, bem como nas demais condições e normas legais aplicáveis.

a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto da contratação, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da contratada às dependências dos prédios para a entrega do objeto contratado, respeitadas as normas de segurança estabelecidas pelo contratante e aquelas contidas nesta contratação e em diplomas legais específicos;

- b)** fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias ao cumprimento do objeto da contratação e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado da contratação;
- c)** designar servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados;
- d)** atestar as faturas/notas fiscais emitidas pela contratada, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas nesta contratação;
- e)** efetuar o pagamento à contratada na forma e no prazo estabelecidos na contratação, após cumpridas todas as formalidades legais;
- f)** manifestar-se, formalmente, em todos os atos relativos à execução da contratação, em especial, aplicação de sanções e alterações, notificando a contratada, por escrito, quando verificada qualquer irregularidade nos produtos entregues;
- g)** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.4.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das exigências deste Termo de Referência, abaixo relacionadas, a empresa beneficiária da ata de registro de preços ficará obrigada às exigências constantes na Ata de Registro de Preços, bem como nas demais condições e normas legais aplicáveis.

- a)** entregar os materiais em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e em sua proposta;
- b)** substituir o material que esteja desconforme com o estabelecido neste Termo de Referência, no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos** a contar do recebimento da notificação de rejeição pela CONTRATADA, exceto nos casos urgentes em que o prazo para refazimento será de 48 (quarenta e oito horas);
- c)** comunicar à contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- d)** apresentar documento fiscal específico discriminando o produto fornecido, com indicação de preços unitários e totais;
- e)** respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da contratante;
- f)** manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência da contratação, para representá-la administrativamente na execução da contratação, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal, além de manter os seus funcionários devidamente identificados quando em cumprimento do objeto deste Termo de Referência nas dependências do contratante;
- g)** responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;
- h)** solicitar em tempo hábil todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;
- i)** não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto dessa contratação, sem prévia e expressa anuência da contratante;
- j)** manter durante a execução da contratação todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram a sua contratação;
- k)** comunicar à contratante toda e qualquer alteração relativa à contratada, inclusive razão social, endereço, telefone, e-mail, etc.;
- l)** com fulcro no art. 5º e parágrafos, da Lei nº 11.419/2006, manter atualizado e informar à contratante endereço de e-mail eletrônico, por meio do qual poderão ser realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA

ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como estar ciente de que se sujeitará à remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.

6.5 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

6.5.1 - A CONTRATADA, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

6.5.2 - No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- (a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
- (b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- (c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
- (d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao CONTRATANTE em caso de solicitação (segue, em anexo, o modelo de TCMS sugerido pela Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais - UEPDAP/CNMP);
- (e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- (f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
- (g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;
- (h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

- (i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;
- (j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
- (k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
- (l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
- (m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

6.5.3 - O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

6.5.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

6.6 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.6.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.6.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.6.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.6.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.6.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.2.4 – Multas:

6.6.2.4.1 – Multa Moratória, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

- a)** ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) **por dia de atraso** sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha

ocorrido a mora, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no **subitem 6.6.2.4.2**;

b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente, ou de 1% do valor do contrato quando a cláusula for de obrigação acessória de valor inestimável, por dia de atraso, até o **quinto dia de mora**;

6.6.2.4.2 – Multa Sancionatória após o **quinto dia de mora** de qualquer obrigação contratual, quando haverá a inexecução do contrato, que poderá configurar as infrações das alíneas "a", "b", "c" e "e" do **subitem 6.6.1** e para as quais poderão ser aplicadas as seguintes multas sancionatórias, observada a dosimetria prevista no **subitem 6.6.6**, com os referidos percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de 15% no caso da alínea "a" do **subitem 6.6.1**;

b) multa de 20% no caso da alínea "b" do **subitem 6.6.1**;

c) multa de 30% no caso da alínea "c" do **subitem 6.6.1**; e

d) multa de 10% no caso da alínea "e" do **subitem 6.6.1**.

6.6.2.4.2 - Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

6.6.3 - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4 - Além das hipóteses do **subitem 6.6.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, que serão arbitradas na forma do **subitem 6.6.1**.

6.6.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exista, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.6.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.6 - Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.6.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

6.6.8 - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013).

6.6.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.6.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

6.7 - DA CESSÃO DE CRÉDITO

6.7.1 - É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.7.1.1 - As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.7.2 - A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.7.3 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.7.4 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

6.7.5 - A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 - O contratante pagará à contratada os valores correspondentes aos materiais efetivamente entregues, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária emitida até o **10º (décimo) dia útil** subsequente ao ateste pelo setor competente pela fiscalização da contratação quanto ao recebimento definitivo do objeto, conforme **subitem 5.5.1**.

7.1.1 - Para efeito de pagamento, considerar-se-á quitado o valor devido na data da emissão da Ordem Bancária.

7.2 - O documento de cobrança deverá ser entregue por meio eletrônico, ou meio físico, em nome da Procuradoria da República em Pernambuco, CNPJ nº 26.989.715/0021-56, para o **Órgão Gerenciador**, e o mesmo será aplicado **às Unidades Participantes**, observando os respectivos CNPJs e Razões Sociais, constante **ITEM 11 – DOS DADOS PARA FATURAMENTO**. As unidades contratantes não se responsabilizarão pelo atraso no pagamento quando o documento de cobrança for entregue fora do local e/ou prazo estabelecido ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.

7.2.1 - A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos constantes da nota de empenho.

7.2.2 - No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em até 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.2.3 - A CONTRATADA deverá entregar todos os materiais solicitados por meio da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

7.3 - Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação, sendo ilícita a inclusão de qualquer atualização monetária ou incidência de juros em virtude de atraso provocado pela contratada.

7.4 - O valor correspondente será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de boleto com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas na contratação. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.5 - Nenhum pagamento deverá ser efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação ou enquanto restar pendente qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta. Não haverá crédito à contratada, igualmente, em virtude de penalidade a esta cominada ou em caso de inadimplência contratual sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.6 - Caso a contratada seja optante pelo "SIMPLES NACIONAL" (Lei Complementar nº 123/2006), não serão feitas as retenções de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, ficando a contratada nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da citada Instrução Normativa, por meio eletrônico com a utilização de certificação digital, através dos e-mails, de cada unidade contratante, constantes no **subitem 5.1.1**, e, excepcionalmente, por meio físico, nos endereços indicados de cada unidade contratante.

7.7 - O Serviço de Pagamento também deverá verificar a regularidade fiscal do fornecedor por meio de consulta on-line no SICAF, cujo resultado será impresso e juntado aos autos.

7.8 - Fica assegurado ao contratante o direito de deduzir do pagamento devido à contratada as importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura a empresa contratada tiver dado causa. Não tendo nenhum valor a receber, as importâncias deverão ser recolhidas pela contratada. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

7.9 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

7.10 - Se o inadimplemento da obrigação for provocado pela contratada, por não cumprir as suas obrigações, o contratante ficará desobrigado de promover a atualização monetária de que trata o item anterior.

7.11 - Ao contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência.

8 - SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO, respeitando os máximos valores unitários admissíveis definido no subitem 9.1.**

8.2 - O critério de julgamento para a seleção do fornecedor será **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE OU ITEM**, sendo o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, de **1 % (um por cento)**.

8.3 - O modo de disputa, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o **"aberto/fechado"**.

8.4 - A proposta deverá ser apresentada com preço unitário e total dos objetos descritos no Termo de Referência, considerando, para todos os efeitos, o valor em moeda nacional (em algarismo e por extenso), já com tributos devidos, transporte e demais custos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos objetos, conforme especificações de cada item.

8.5 - Toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade **não inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá.

8.6 - Catálogos, folders e/ou documentos comprobatórios serão solicitados sempre que o Agente da contratação achar necessário para retirar dúvidas quanto à qualidade do produto e adequação aos critérios solicitados na descrição do produto.

8.7 - EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

8.7.1 - Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgado por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

8.7.2 - A amostra permite que a Administração verifique a compatibilidade entre o que é ofertado pelo licitante e o que é exigido como condições mínimas previstas neste termo de referência, minimizando riscos. Assim, será exigido amostra para todos os itens com exceção do ITEM 08 (Amarras para hastear bandeiras).

8.7.3 - As amostras deverão ser entregues, a expensas da licitante, na Assessoria de Cerimonial do Gabinete do Procurador-Geral da República (ASSCER), no endereço Setor de Administração Federal (SAF) Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco B Sala 118.1 - Brasília - DF, CEP 70050-900, sendo a entrega previamente agendada pelos telefones (61) 3105-8243/ 3105-6373, ou ainda pelo e-mail: pgr-cerimonial@mpf.mp.br, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da suspensão da sessão pública do certame, podendo ser prorrogado a critério da Administração, para avaliação técnica de compatibilidade da amostra com as especificações, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

8.7.3.1 - É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

8.7.4 - No momento da entrega da amostra, será emitido Termo de Recebimento de Amostra.

8.7.5 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

8.7.6 - Será realizada uma inspeção visual das amostras, buscando verificar as exigências previstas em edital, sobretudo as constantes nos critérios de avaliação descritos abaixo:

8.7.6.1 - Mastro de mesa com base quadrada (ITEM 01):

- 1 Dimensões - Tolerância de +/- 5% em relação às especificações do edital.
- 2 Tipo e qualidade da madeira - Madeira resistente, sem rachaduras, farpas, acabamento irregular ou empenamento, e estar em conformidade com o tipo especificado no edital.
- 3 Acabamento - homogêneo, sem imperfeições visíveis.
- 4 Estabilidade e equilíbrio - O mastro deve permanecer firme em superfície plana, sem inclinação perceptível.
- 5 Compatibilidade com a bandeira de mesa - O encaixe deve ser adequado ao tamanho e peso da bandeira correspondente, garantindo boa fixação e apresentação.

8.7.6.2 - Bandeiras de Tecido (ITENS 02, 06 e 07):

- a) Dimensões e proporções - Devem estar em conformidade com as especificações do edital.
- b) Tipo de tecido - Deve ser resistente e cores firmes.
- c) Fidelidade das cores e precisão do design - As cores devem corresponder às especificadas, sem desbotamento ou distorção.
- d) Acabamento das bordas - Costura reforçada, sem desfiamento.
- e) Cores e tons - Devem ser fidedignos aos tons das bandeiras oficiais.
- f) Transparência e opacidade adequadas - O tecido não deve ser excessivamente transparente, garantindo boa visibilidade das cores e elementos gráficos.

8.7.6.3 - Mastro e Ponteira (ITENS 03 e 05):

- Dimensões e espessura - Devem estar em conformidade com as especificações do edital.
- Qualidade do material - resistente, sem sinais de oxidação ou deformidade ou empenamento.
- Acabamento superficial - Acabamento liso, sem falhas.
- Fixação da ponteira e do mastro - Devem ser firmes, sem folgas ou instabilidade.
- Design da ponteira - Deve respeitar o padrão estético descrito no item 5, garantindo uniformidade visual nos eventos oficiais.

8.7.6.4 - Base/Suporte em madeira para Mastro de Bandeira (ITEM 04):

- Dimensões - Devem estar em conformidade com as especificações do edital e garantir estabilidade e compatibilidade com o mastro.
- Tipo e qualidade da madeira - Madeira resistente, sem rachaduras, farpas, acabamento irregular ou empenamento, e estar em conformidade com o tipo especificado no edital.
- Acabamento - Superfície lisa e uniforme.

8.7.7 - Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir a amostra apresentada, mantidas a marca e as especificações originalmente propostas.

8.7.8 - A amostra deverá estar devidamente embalada em sacos plásticos individuais ou acondicionadas em caixas próprias, lacrada e identificada com o número do Pregão, o número do item, o CNPJ e a firma, denominação social ou a razão social da licitante.

8.7.9 - A amostra será analisada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da amostra.

8.7.10 - As licitantes poderão acompanhar a avaliação das amostras, desde que se manifestem até a data da entrega da amostra, sendo facultado aos demais licitantes vistoriar as amostras apresentadas, mediante comunicação no chat (Comprasnet) ou por e-mail para o endereço eletrônico pgr-cerimonial@mpf.mp.br

8.7.11 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.12 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

8.7.13 - A licitante vencedora se compromete a entregar produto idêntico (mesma marca e modelo) à amostra aceita, desde que aceite e homologado pela Administração.

8.7.14 - As amostras rejeitadas que não forem recolhidas pelos respectivos fornecedores no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após sua rejeição serão inutilizadas pela Administração.

8.7.15 - As amostras entregues pela licitante vencedora permanecerão com a Assessoria de Cerimonial do Gabinete do Procurador-Geral da República (ASSCER) para comparação quando do recebimento dos demais produtos e serão devolvidas à CONTRATADA após o recebimento definitivo do objeto.

8.7.16 - A amostra da licitante vencedora não será considerada para fins de recebimento.

8.7.17 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.18 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8 - O Agente da contratação, bem como o setor demandante, fará diligências junto à fábrica, licitante, instituições e/ou outros órgãos, por e-mail ou telefone, para retirar quaisquer dúvidas sobre o produto ofertado.

8.9 - Todas as descrições dos produtos deverão constar no site do fabricante, na embalagem ou na ficha técnica do material.

8.10 - Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de licitação.

9 - ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1 - As especificações, os quantitativos e valores estimados para a presente contratação constam na tabela abaixo, sendo considerados os valores máximos totais e unitários aceitáveis para a contratação do objeto e para aceitação da proposta, devendo a licitante vencedora apresentar sua proposta ajustada aos valores máximos unitários aceitáveis abaixo discriminados, sob pena de desclassificação, caso não adéque sua proposta.

ITEM	LOTE 01 (MASTRO DE MESA E BANDEIRA) DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
1.	<p>MASTRO DE MESA COM BASE QUADRADA CONFECCIONADAS COM ENCAIXE NOS MASTROS</p> <p>CARACTERÍSTICAS: Os mastros deverão ser confeccionados em madeira, na cor mogno claro/cerejeira. Medindo 33cm de altura total, incluindo ponteiras e gomo. As ponteiras conterão 3,4cm de altura, sendo que o gomo da base terá 6mm de altura. A base deverá ser confeccionada por 2 (dois) quadrados concêntricos, medindo: QUADRADO INFERIOR – 8cm de largura e 1,3cm de altura; QUADRADO SUPERIOR – 7cm de largura e 1,0cm de altura. OBS.: As medidas informadas são aproximadas, sendo necessário um padrão em todos os exemplares que serão fornecidos.</p>	UN	233	R\$ 39,90
2.	<p>BANDEIRA DE MESA (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), MEDINDO 14 CM DE LARGURA X 20 CM DE COMPRIMENTO</p> <p>CARACTERÍSTICAS: As costuras das bandeiras deverão ser duplas, com linha 100% poliéster de 18mm, em tecido tipo tergal verão com 76% de poliéster e 24% de algodão, com desenhos e letras impressos em silk screen, tipo SACO, fechada com pesponto da cor da impressão, medindo no final 14cm de largura e 20cm de comprimento sem considerar a área de encaixe. O encaixe da bandeira no mastro se dará por dobra no tecido, costurado com ajuste adequado para colocação no mastro sem folgas.</p>	UN	218	R\$ 25,00
IMAGEM ILUSTRATIVA ITENS 1 E 2				

ITEM	LOTE 01 (MASTRO DE MESA E BANDEIRA) DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
				
ITEM	LOTE 02 (MASTRO, BASE E LANÇA) DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
3.	<p>MASTROS EM ALUMÍNIO, CIRCUNFERÊNCIA DE 3CM DE DIÂMETRO E 190CM DE ALTURA, AJUSTADO AOS ORIFÍCIOS DOS ITENS 4 e 5, ACOMPANHA 02 (DUAS) PRESILHAS PARA FIXAÇÃO NOS ILHOSES DA BANDEIRA.</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p> 	UN	480	R\$ 161,50
4.	<p>BASES/SUPORTES/PEDESTAIS DE MADEIRA DE LEI, COM REVESTIMENTO LAMINADO NA COR ESCURA, PADRÃO MOGNO, 2 (DOIS) QUADRADOS CONCÊNTRICOS (MEDINDO: QUADRADO INFERIOR – LARGURA 25CM X ALTURA 3,5CM; QUADRADO SUPERIOR - LARGURA 18CM X ALTURA 7CM), COM CANOPLA DE ALUMÍNIO POLIDO PARA O ENCAIXE DO MASTRO DE 3CM DE DIÂMETRO, ACABAMENTOS EM METAL PRATEADO E PÉS EMBORRACHADOS PARA EVITAR DESLIZAMENTO DA BASE.</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p>	UN	458	R\$ 250,00

ITEM	LOTE 02 (MASTRO, BASE E LANÇA) DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS		UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
					
5.	<p>PONTEIRA LANÇA PARA MASTRO DE BANDEIRA, EM LATÃO CROMADO, ESFERA NA BASE, COM 30CM DE ALTURA TOTAL, INCLUINDO AS MEDIDAS DA ESFERA E DO ENCAIXE, PARA O ENCAIXE DO MASTRO DE 3CM DE DIÂMETRO, PONTAS LEVEMENTE ARREDONDADAS PARA EVITAR ACIDENTES.</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p> 		UN	480	R\$ 85,00

ITEM	ITENS NÃO AGRUPADOS DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS		UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
6.	<p>BANDEIRAS DE DOIS PANOS (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), CONFECCÃO EM TERGAL, DUPLA FACE, MEDINDO 90 DE LARGURA X 128,5 DE COMPRIMENTO, COM ILHÓS DE METAL REFORÇADOS.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: O tecido para confecção será em tergal, dupla face, medindo 90x128,5, com as letras e números legíveis, tecido e caimento corretos, dimensões e cores em consonância com os seus respectivos normativos. Os ilhós de metal reforçados, que deverão contar com sobrecostura, a fim de conferir maior durabilidade, medindo 12mm de diâmetro interno e 19mm diâmetro externo.</p>		UN	701	R\$ 182,90

ITEM	ITENS NÃO AGRUPADOS DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNID	QTDE TOTAL	MÁXIMO VALOR UNITÁRIO ADMISSÍVEL
7.	<p>BANDEIRAS DE TRÊS PANOS (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), CONFEÇÃO EM 100% POLIÉSTER, DUPLA FACE (TIPO SACO), MEDINDO 135 DE LARGURA X193 DE COMPRIMENTO, COM ILHÓS DE METAL REFORÇADOS.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: O tecido para confecção será em 100% poliéster, dupla face (tipo saco), medindo 135x193, com as letras e números legíveis, tecido e caimento corretos, dimensões e cores em consonância com os seus respectivos normativos. Com ilhós de metal reforçados, que deverão contar com sobrecostura, a fim de conferir maior durabilidade, de diâmetro interno de 20mm e diâmetro externo de 32mm. O reforço de sustentação ao longo da largura das bandeiras deve ser confeccionado em tergal, com 3 a 6cm de largura, de acordo com o tamanho, na mesma cor das bandeiras, com fundo monocromático ou em branco para as bandeiras de fundo multicolorido.</p>	UN	676	R\$ 258,65
8.	<p>AMARRAS PARA HASTEAR BANDEIRAS EXTERNAS (ADRIÇAS) CONFECCIONADAS EM CADARÇO DE POLIÉSTER (TRANÇADA), 6MM, NA COR BRANCA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: As amarras deverão ser confeccionadas em cadarço de poliéster (trançada), 6mm, na cor branca para amarrar as bandeiras de dois panos, dois panos e meio, três panos e três panos e meio e com alça em tecido triplo reforçado com costura reforçada nos cantos para fixação.</p> <p>EMBALAGEM: ROLO COM 10 METRO</p>	UN	359	R\$ 40,87

9.2 - Em caso de divergência entre a descrição do material indicado no sistema Compras.gov e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

9.3 - O **valor estimado global** para a presente contratação é de **R\$ 565.299,33** (quinhentos e sessenta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos).

9.4 - Nos valores ofertados deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.5 - No **ANEXO A** deste Termo de Referência constam os quantitativos detalhados por unidade participante.

9.6 - O quantitativo informado para o presente registro de preços não configura obrigatoriedade quanto à efetivação da contratação. A solicitação dos quantitativos estará condicionada à análise de sua necessidade e de sua viabilidade por parte da Administração, considerando-os mera referência de consumo.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - Nos termos do art. 14 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11 – DOS DADOS PARA FATURAMENTO

UNIDADE GERENCIADORA	UASG	DADOS PARA FATURAMENTO
Procuradoria da República em Pernambuco	200090	Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170 CNPJ/MF: 26.989.715/0021-56 Inscrição Estadual: Isenta.

UNIDADES PARTICIPANTES	UASG	DADOS PARA FATURAMENTO
Procuradoria-Geral da República	200100	SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco E – Mezanino, Sala 117.13 – Sub Almoxarifado, Ed. Procuradoria-Geral da República, Brasília-DF, CEP 70050-900. CNPJ/MF: 26.989.715/0050-90 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria Regional da República da 3ª Região	200204	Alameda Ribeirão Preto, 45 - Bela Vista - São Paulo/SP - Cep: 01331-001 CNPJ/MF: 26.989.715/0058-48 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Minas Gerais	200035	Avenida Brasil, 1877 - Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG - CEP: 30140-007. CNPJ/MF: 26.989.715/0016-99 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República no Estado do Amapá	380005	Avenida Ernestino Borges, 535, Centro, Macapá/AP - CEP: 69908-198. CNPJ/MF: 26.989.715/0009-60 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República no Estado do Maranhão	200078	Avenida Senador Vitorino Freire, 52 – Bairro Areinha – São Luís/MA – CEP: 65.030-015 CNPJ/MF: 26.989.715/0015-08 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria Regional da República da 1ª Região	200208	SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8, sala 206 - Brasília/DF, CEP: 70.070-911. CNPJ/MF: 26.989.715/0064-96 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Mato Grosso	200064	Avenida Miguel Sutil, 2625, esquina com rua j Marcio - Jd Primavera - Cuiabá /MT – CEP: 78030-010. CNPJ/MF: 26.989.715/0018-50 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Goiás	200066	Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Qd. G, Lt. 2, nº 500, Park Lozandes, Goiânia/GO - CEP: 74884-120 CNPJ/MF: 26.989.715/0014-27 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República no Paraná	200053	Rua Marechal Deodoro, nº 933, Centro, Curitiba, Paraná/PR – CEP: 80060-010 CNPJ/MF: 26.989.715/0023-18 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em São Paulo	200049	Rua Frei Caneca, 1360 (Térreo), Consolação - São Paulo/SP - CEP: 01307-002 CNPJ/MF: 26.989.715/0031-28 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República no Acre	200069	Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340, Portal da Amazônia, Rio Branco/AC – CEP: 69915-632. CNPJ/MF: 26.989.715/0006-17 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Rondônia	200046	Rua José Camacho, 3307, Bairro: Embratel – Porto Velho/RO - CEP: 76.820-886 CNPJ/MF: 26.989.715/0026-60 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul	200040	Avenida Afonso Pena, 4444, Vila Cidade – Campo Grande/MS – CEP: 79.020-907 CNPJ/MF: 26.989.715/0017-70 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República no Distrito Federal	200023	SGAS 604, Lote 23, Via L2 Sul, Setor de Grandes Áreas Sul, Brasília/DF – CEP: 70200-640. CNPJ/MF: 26.989.715/0012-65 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República no	200201	ACNE 01 (104 N), conjunto 02, Rua NE 03, Lote 43,

Tocantis		Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP: 77006-018. CNPJ/MF: 26.989.715/0056-86 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria Regional da República da 5ª Região	200207	Rua Frei Matias Téves, 65, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50.070-450 CNPJ/MF: 26.989.715/0059-29 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria Regional da República da 2ª Região	200045	Avenida Almirante Barroso, n. 54, sala 406, centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.031-000. CNPJ/MF: 26.989.715/0066-58 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Sergipe	200022	Rua José Carvalho Pinto, 280, Galeria Aracaju Boulevard, Bairro Jardins - Aracaju/SE - CEP: 49.026-150. CNPJ/MF: 26.989.715/0030-47 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Roraima	380006	Rua General Penha Brasil, n 1255, So Francisco - Boa Vista/RR - CEP: 69.305-130. CNPJ/MF: 26.989.715/0027-41 Inscrição Estadual: IsentaCNPJ/MF: Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Espírito Santo	200038	Av. Jerônimo Monteiro, 625 - Centro - Vitória/ES - CEP: 29.010-003. CNPJ/MF: 26.989.715/0013-46 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria Regional da República da 4ª Região	200102	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 800 - Porto Alegre/RS - CEP: 90010-395. CNPJ/MF: 26.989.715/0068-10 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	200061	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700 - praia de belas - Poto Alegre/RS - CEP: 90010-395. CNPJ/MF: 26.989.715/0028-22 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República no Pará	200075	Rua Domingos Marreiros, nº 690, Bairro Umarizal - Belém/Pa - CEP: 66055-215. CNPJ/MF: 26.989.715/0019-31 Inscrição Estadual: Isenta
Procuradoria da República em Santa Catarina	200058	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Torre 3, Bairro Agronômica - Florianópolis/SC - CEP: 88025-255 CNPJ/MF: 26.989.715/0029-O3 Inscrição Estadual: Isenta

ANEXO IA

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

QUANTITATIVOS ESTIMADOS POR UNIDADE PARTICIPANTE

UNIDADES PARTICIPANTES	ITENS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
	MASTRO DE MESA	BANDEIRA DE MESA	MASTRO	BASE	PONTEIRA	BANDEIRA DOIS PANOS	BANDEIRA TRÊS PANOS	AMARRAS
PGR	50	30	75	75	75	60	180	80
PRR5 ^a	0	0	0	0	0	24	0	0
PR-MT	0	0	3	3	3	2	6	0
PR-PE	24	24	30	30	30	30	60	15
PR-PR	3	3	12	12	12	24	8	24
PR-PA	35	40	24	8	24	25	25	5
PRR4 ^a	10	10	10	10	10	10	25	25
PR-MA	0	0	0	0	0	40	8	10
PRR2 ^a	0	0	40	40	40	40	0	0
PRR1 ^a	60	60	10	10	10	12	12	10
PR-SE	16	16	66	66	66	66	15	3
PR-MS	0	0	0	0	0	0	30	10
PR-ES	0	0	18	18	18	18	12	4
PR-DF	0	0	0	0	0	0	45	20
PR-AP	0	0	0	0	0	22	0	6
PR-RS	20	20	20	20	20	40	20	20
PR-RR	15	15	12	4	12	24	30	20
PR-RO	0	0	16	16	16	48	16	0
PR-MG	0	0	9	9	9	83	25	15
PR-GO	0	0	75	75	75	75	12	12
PR-AC	0	0	0	0	0	8	16	0
PR-SP	0	0	0	0	0	0	50	60
PRR3 ^a	0	0	0	0	0	0	21	0
PR-TO	0	0	0	0	0	50	0	20
PR-SC	0	0	60	62	60	0	60	0
QUANTITATIVO MÁXIMO	233	218	480	458	480	701	676	359

ANEXO IB

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27
PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O
FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

LISTA DAS PRINCIPAIS BANDEIRAS UTILIZADAS
(SUJEITO À ACRÉSCIMO DE PAÍS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS, ÓRGÃOS E OUTROS)

ESTADO BRASILEIRO / PAÍS OU ORGANISMO INTERNACIONAL	
1.	Acre
2.	Alagoas
3.	Amapá
4.	Amazonas
5.	Bahia
6.	Ceará
7.	Distrito Federal
8.	Espírito Santo
9.	Goiás
10.	Maranhão
11.	Mato Grosso
12.	Mato Grosso do Sul
13.	Minas Gerais
14.	Pará
15.	Paraíba
16.	Paraná
17.	Pernambuco
18.	Piauí
19.	Rio de Janeiro
20.	Rio Grande do Norte
21.	Rio Grande do Sul
22.	Rondônia
23.	Roraima
24.	Santa Catarina
25.	São Paulo
26.	Sergipe
27.	Tocantins
PAÍS	
28.	África do Sul
29.	Alemanha
30.	Angola
31.	Antígua e Barbuda
32.	Arábia Saudita
33.	Argélia
34.	Argentina
35.	Austrália
36.	Áustria
37.	Bélgica
38.	Belize
39.	Bolívia
40.	Bulgária

41.	Cabo Verde
42.	Camarões
43.	Canadá
44.	Chile
45.	China
46.	Chipre
47.	Cingapura
48.	Colômbia
49.	Coréia do Sul
50.	Costa do Marfim
51.	Costa Rica

52.	Croácia
53.	Cruz Vermelha
54.	Cuba
55.	Dinamarca
56.	Egito
57.	El Salvador
58.	Emirados Árabes Unidos
59.	Equador
60.	Eslováquia
61.	Eslovênia
62.	Espanha
63.	Estados Unidos
64.	Finlândia
65.	Filipinas
66.	França
67.	Gabão
68.	Gâmbia
69.	Gana
70.	Grã- Bretanha
71.	Grécia
72.	Guatemala
73.	Guiana
74.	Guiné- Bissau
75.	Guiné Equatorial
76.	Haiti
77.	Honduras
78.	Holanda
79.	Hungria
80.	Índia
81.	Indonésia
82.	Irã
83.	Iraque
84.	Irlanda
85.	Islândia
86.	Israel
87.	Itália
88.	Jamaica
89.	Japão
90.	Jordânia
91.	Líbano
92.	Líbia
93.	Malásia
94.	Marrocos
95.	México
96.	Moçambique

97.	Myanmar
98.	Nações Unidas
99.	Nicaragua
100.	Nigéria
101.	Noruega
102.	Nova Zelândia
103.	Países Baixos
104.	Panamá
105.	Paraguai
106.	Peru
107.	Polônia
108.	Portugal
109.	Porto Rico
110.	Quênia
111.	Região Administrativa Especial de Macao
112.	Reino Unido
113.	República Democrática de Congo
114.	República Dominicana
115.	República Federativa do Brasil
116.	República Tcheca
117.	Romênia
118.	Rússia
119.	Santa Sé
120.	São Tomé e Príncipe
121.	Síria
122.	Suécia
123.	Suíça
124.	Suriname
125.	Tailândia
126.	Timor Leste
127.	Trinidad e Tobago
128.	Turquia
129.	Ucrânia
130.	Uganda
131.	Uruguai
132.	Venezuela
133.	Vietnã
134.	Zâmbia
135.	Zimbábue
ÓRGÃOS/ENTIDADES PÚBLICAS	
136.	Ministério Público Brasileiro
137.	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
138.	Ministério Público do Trabalho
139.	Ministério Público Militar
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	
140.	AIAMP
141.	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
142.	Comunidade Européia
143.	IberRed
144.	Mercosul
145.	Nações Unidas
146.	Ordem Soberana Militar de Malta
147.	Organização dos Estados Americanos

148.	Organização das Nações Unidas
149.	UNICEF
150.	Países Baixos
151.	Outras quando necessário

ANEXO II

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
RESOLUÇÃO CNMP n.º 37/09**

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90004/2025**

XXXXX (razão social do fornecedor), CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, sediado(a) no(a) XXXXXXXXX (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX, declara, sob as penas da lei, que até a presente data não possui membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o artigo 3º da Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

XXXX
(assinatura do representante legal)
Cargo: XXX
Carteira de identidade nº XXXX SSP/XX
CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO III

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

XXXXX (razão social do fornecedor), CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, sediado(a) no(a) XXXXXXXXX (endereço completo), declara, sob as penas da lei, de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto do PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

XXXX
(assinatura do representante legal)
Cargo: XXX
Carteira de identidade nº XXXX SSP/XX
CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO IV

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO,
NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTOJUVENIL E NÃO
DISCRIMINAÇÃO**

XXXXX (razão social do fornecedor), CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, sediado(a) no(a) XXXXXXXXX (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX,

DECLARA:

- Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:
 - a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
 - os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:
 - o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
 - o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
 - os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
 - a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
 - o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

(assinatura do representante legal)
Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXX
Carteira de identidade nº XXXX SSP/XX /CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO V

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

MODELO DE DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025, realizado pela Procuradoria da República em Pernambuco, DECLARA que, no ano-calendário de realização da presente PREGÃO ELETRÔNICO, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

XXX (local), XX (dia) de XXXX (mês) de 2025

(assinatura do representante legal)

Cargo: XXXXXXXXXXXXX

Carteira de identidade nº XXXX SSP/XX /CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO VI

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº: **XX/2025**

PROCESSO Nº. 1.00.000.006702/2024-27

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº.: **XX/2025**

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO - PRPE, como órgão gerenciador, localizada na Avenida Governador Agamenon Magalhães, nº 1.800, bairro do Espinheiro, Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, neste ato representada pelo seu Procurador-Chefe, Exmo. Sr. Procurador da República RODOLFO SOARES RIBEIRO LOPES, portador da Carteira de Identidade nº *.794.*** - SDS/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº *.334.***-**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII, do artigo 55, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 357, de 05.05.2015, do Exmo. Sr. Procurador-geral da República, publicada no Diário do MPF Eletrônico nº 99, de 1º de junho de 2015, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **XX/2025**, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas, em **xx/xx/2025**, processo administrativo nº 1.26.000.000523/2025-51 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº XX/2025**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e das demais normas aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA I - DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de bandeiras internas, externas, nacionais e internacionais (Brasil, Estados da Federação e Distrito Federal, Países, Organizações Nacionais e Internacionais), mastros e acessórios, a fim de cumprirem os quesitos protocolares e cerimonialísticos nos eventos institucionais de naturezas nacional e internacional, organizados e executados pela Procuradoria-Geral da República, e dos demais órgãos participantes, especificados no item 9.1 do Termo de Referência em anexo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas totais de cada item, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as descritas no **ANEXO I** da presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 As quantidades máximas, por item, que poderão ser adquiridas pelas unidades ministeriais participantes estão descritas no **ANEXO II** da presente Ata de Registro de Preços.

2.2 Não houve cadastro de reserva referente ao presente registro de preços.

ou

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como **ANEXO III** desta Ata.

CLÁUSULA III - ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES:

3.1 O órgão gerenciador será a Procuradoria da República em Pernambuco.

3.2 Além do gerenciador, são unidades ministeriais do MPF participantes do registro de preços:

- PGR - Procuradoria-Geral da República
- PRAC - Procuradoria da República no Acre
- PRAP - Procuradoria da República no Estado do Amapá

- PRDF – Procuradoria da República no Distrito Federal
- PRES - Procuradoria da República no Espírito Santo
- PRGO - Procuradoria da República em Goiás
- PRMA - Procuradoria da República no Estado do Maranhão
- PRMG - Procuradoria da República em Minas Gerais
- PRMT - Procuradoria da República em Mato Grosso
- PRMS - Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul
- PRPA - Procuradoria da República no Pará
- PRPR - Procuradoria da República no Paraná
- PRRO - Procuradoria da República em Rondônia
- PRRR - Procuradoria da República em Roraima
- PRRS - Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
- PRSE - Procuradoria da República em Sergipe
- PRSC - Procuradoria da República em Santa Catarina
- PRSP - Procuradoria da República em São Paulo
- PRTO - Procuradoria da República no Tocantis
- PRR 1ª REGIÃO - Procuradoria Regional da República da 1.ª Região
- PRR 2ª REGIÃO - Procuradoria Regional da República da 2ª Região
- PRR 3ª REGIÃO - Procuradoria Regional da República da 3ª Região
- PRR 4ª REGIÃO - Procuradoria Regional da República da 4ª Região
- PRR 5ª REGIÃO - Procuradoria Regional da República da 5ª Região

CLÁUSULA IV - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência do presente instrumento, será permitida a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), condição de não participantes, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e art. 28 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

4.2. Não serão permitidas adesões à ata de registro de preços pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não integram o Ministério Público da União.

4.3. Para adesão, as unidades que integram o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), observarão os seguintes requisitos:

4.3.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.3.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.3.3. consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

4.4. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.4.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.7. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.3.

Dos limites para as adesões

4.8. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.9. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Caso seja celebrado contrato administrativo decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante melhor classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante melhor classificado ou do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no item 5.9, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar os licitantes de que trata o item 5.4.2.2 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes referidos no item 5.12.1 ou dos licitantes remanescentes da licitação, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.3. No caso da convocação de que trata o item 5.12.1 do caput, caso o licitante, na ordem de classificação, aceite negociar o preço de sua proposta ou mantenha seu preço, a negociação não seguirá com os demais licitantes.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIII - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 29 da Portaria PGR/MPU n.º 158, de 27 de setembro de 2024.

8.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. O fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optará pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da contratação nacional ou contratação centralizada, não havendo indicação pelo órgão gerenciador, dos quantitativos dos participantes da contratação nacional ou contratação centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA IX - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 24 da Portaria PGR/MPU n.º 158, de 27 de setembro de 2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão

fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24, ambos da Portaria PGR/MPU n.º 158, de 27 de setembro de 2024.

CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES:

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS:

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, poderá ser consultada no portal comprasnet no link: <http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/ata0.asp>, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A presente Ata de registro preços, deverá ser assinada, preferencialmente, por meio eletrônico.

11.4. O vencedor do certame licitatório deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal "Petitionamento Eletrônico do MPF". Site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

11.5. A assinatura eletrônica da ata de registro de preços (orientações detalhadas e anexas), deverá ocorrer no prazo máximo de 5 dias úteis, a partir da data de recebimento do e-mail de convocação.

11.6. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a, Lei 14.133 de 2021 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com as devidas alterações e demais normas aplicáveis.

11.7. Fica eleito o foro da cidade do órgão contratante para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

11.8. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Recife (PE), **xx de março de 2025**.
(Data de edição do documento)

(Assinado eletronicamente)
RODOLFO SOARES RIBEIRO LOPES
Procurador da República

(Assinado eletronicamente)
XXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Procurador-Chefe
Procuradoria da República em Pernambuco

Testemunhas:

(Assinado eletronicamente)
Izahilton Mendes Guia Júnior
CPF: ***.374.***-**

(Assinado eletronicamente)
Alinne Cristiane Aniceto Medeiros
CPF: ***.700.***-**

ANEXO VII

PROCEDIMENTO Nº 1.00.000.006702/2024-27

PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº 90004/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSAS BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS

MINUTA DO CONTRATO Nº: **XX**/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO, E A EMPRESA

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA**, órgão do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, inscrita no CNPJ/MF nº, situada na, nº, bairro, Cidade, Estado d....., neste ato representada pelo seu Procurador-Chefe, Exmo. Sr. Procurador da República, portador da Carteira de Identidade nº *.XXX.*** -, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ***.XXX.***-**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII, do artigo 55, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 357, de 05.05.2015, do Exmo. Sr. Procurador-geral da República, publicada no Diário do MPF Eletrônico nº 99, de 1º de junho de 2015 e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida à rua, bairro, em/.... - CEP, neste ato representada pelo Sr., portador da Carteira Nacional de Habilitação nº-DETRAN/...., inscrito no CPF/MF sob o nº, que apresentou os documentos exigidos por lei, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e nos termos da Lei nº 14.133/21, do **PREGÃO ELETRÔNICO MPF/PRPE Nº XX/2025**, da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025** e do Procedimento Administrativo MPF/PRPE nº 1.00.000.006702/2024-27, este CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BANDEIRAS, MASTROS E ACESSÓRIOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1 - O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS INTERNAS, EXTERNAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), MASTROS E ACESSÓRIOS, a fim de cumprirem os quesitos protocolares e cerimonialísticos nos eventos institucionais de naturezas nacional e internacional, organizados e executados pela CONTRATANTE, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 - Objeto da contratação:

LOTE 01 (MASTRO DE MESA E BANDEIRA) DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS						
ITEM	CÓDIGO CLASSE	DESCRIÇÃO	U.M.	QTD. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	8345	MASTRO DE MESA COM BASE QUADRADA CONFECCIONADAS COM ENCAIXE NOS MASTROS CARACTERÍSTICAS: Os mastros deverão ser confeccionados em madeira, na cor mogno claro/cerejeira. Medindo 33cm de altura total, incluindo ponteiras e gomo.	UN	233	R\$ 39,90	R\$ 9.296,70

		As ponteiras conterão 3,4cm de altura, sendo que o gomo da base terá 6mm de altura. A base deverá ser confeccionada por 2 (dois) quadrados concêntricos, medindo: QUADRADO INFERIOR – 8cm de largura e 1,3cm de altura; QUADRADO SUPERIOR – 7cm de largura e 1,0cm de altura. OBS.: As medidas informadas são aproximadas, sendo necessário um padrão em todos os exemplares que serão fornecidos.				
2	8345	BANDEIRA DE MESA (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), MEDINDO 14 CM DE LARGURA X 20 CM DE COMPRIMENTO CARACTERÍSTICAS: As costuras das bandeiras deverão ser duplas, com linha 100% poliéster de 18mm, em tecido tipo tergal verão com 76% de poliéster e 24% de algodão, com desenhos e letras impressos em silk screen, tipo SACO, fechada com pesponto da cor da impressão, medindo no final 14cm de largura e 20cm de comprimento sem considerar a área de encaixe. O encaixe da bandeira no mastro se dará por dobra no tecido, costurado com ajuste adequado para colocação no mastro sem folgas.	UN	218	R\$ 25,00	R\$ 5.450,00
					TOTAL:	R\$ 14.746,70

LOTE 02 (MASTRO, BASE E LANÇA) DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS						
ITEM	CÓDIGO CLASSE	DESCRIÇÃO	U.M.	QTD. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	8345	MASTROS EM ALUMÍNIO , CIRCUNFERÊNCIA DE 3CM DE DIÂMETRO E 190CM DE ALTURA, AJUSTADO AOS ORIFÍCIOS DOS ITENS 4 e 5, ACOMPANHA 02 (DUAS) PRESILHAS PARA FIXAÇÃO NOS ILHOSES DA BANDEIRA.	UN	480	R\$ 161,50	R\$ 9.296,70
4	8345	BASES/SUPORTES/PEDESTAIS DE MADEIRA DE LEI, COM REVESTIMENTO LAMINADO NA COR ESCURA, PADRÃO MOGNO, 2 (DOIS) QUADRADOS CONCÊNTRICOS (MEDINDO: QUADRADO INFERIOR – LARGURA 25CM X ALTURA 3,5CM; QUADRADO SUPERIOR – LARGURA 18CM X ALTURA 7CM), COM CANOPLA DE ALUMÍNIO POLIDO PARA O ENCAIXE DO MASTRO DE 3CM DE DIÂMETRO, ACABAMENTOS EM METAL PRATEADO E PÉS EMBORRACHADOS PARA EVITAR DESLIZAMENTO DA BASE.	UN	458	R\$ 250,00	R\$ 114.500,00
5	4020	PONTEIRA LANÇA PARA MASTRO DE BANDEIRA, EM LATÃO CROMADO, ESFERA NA BASE, COM 30CM DE ALTURA TOTAL, INCLUINDO AS MEDIDAS DA ESFERA E DO ENCAIXE, PARA O ENCAIXE DO MASTRO DE 3CM DE DIÂMETRO, PONTAS LEVEMENTE ARREDONDADAS PARA EVITAR ACIDENTES.	UN	480	R\$ 85,00	R\$ 40.800,00
					TOTAL:	R\$ 123.796,70

ITENS NÃO AGRUPADOS DESCRIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS						
ITEM	CÓDIGO CLASSE	DESCRIÇÃO	U.M.	QTD. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	8345	<p>BANDEIRAS DE DOIS PANOS (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), CONFEÇÃO EM TERGAL, DUPLA FACE, MEDINDO 90 DE LARGURA X 128,5 DE COMPRIMENTO, COM ILHÓS DE METAL REFORÇADOS.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: O tecido para confecção será em tergal, dupla face, medindo 90x128,5, com as letras e números legíveis, tecido e caimento corretos, dimensões e cores em consonância com os seus respectivos normativos. Os ilhós de metal reforçados, que deverão contar com sobrecostura, a fim de conferir maior durabilidade, medindo 12mm de diâmetro interno e 19mm diâmetro externo.</p>	UN	701	R\$ 182,90	R\$ 9.296,70
7	8345	<p>BANDEIRAS DE TRÊS PANOS (BRASIL, ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL, PAÍSES, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS), CONFEÇÃO EM 100% POLIÉSTER, DUPLA FACE (TIPO SACO), MEDINDO 135 DE LARGURA X193 DE COMPRIMENTO, COM ILHÓS DE METAL REFORÇADOS.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: O tecido para confecção será em 100% poliéster, dupla face (tipo saco), medindo 135x193, com as letras e números legíveis, tecido e caimento corretos, dimensões e cores em consonância com os seus respectivos normativos. Com ilhós de metal reforçados, que deverão contar com sobrecostura, a fim de conferir maior durabilidade, de diâmetro interno de 20mm e diâmetro externo de 32mm. O reforço de sustentação ao longo da largura das bandeiras deve ser confeccionado em tergal, com 3 a 6cm de largura, de acordo com o tamanho, na mesma cor das bandeiras, com fundo monocromático ou em branco para as bandeiras de fundo multicolorido.</p>	UN	676	R\$ 258,65	R\$ 174.847,40
8	8345	<p>AMARRAS PARA HASTEAR BANDEIRAS EXTERNAS (ADRIÇAS) CONFECCIONADAS EM CADAÇO DE POLIÉSTER (TRANÇADA), 6MM, NA COR BRANCA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: As amarras deverão ser confeccionadas em cadaço de poliéster (trançada), 6mm, na cor branca para amarrar as bandeiras de dois panos, dois panos e meio, três panos e três panos e meio e com alça em tecido triplo reforçado com costura reforçada nos cantos para fixação.</p>	UN	359	R\$ 40,87	R\$ 14.672,33

		EMBALAGEM: ROLO COM 10 METRO				
						TOTAL: R\$ 184.144,10

1.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- 1.3.1** - O Termo de Referência;
- 1.3.2** - O Edital da Licitação;
- 1.3.3** - A proposta da **CONTRATADA**; e
- 1.3.4** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO (ARTS 105 A 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da data da assinatura eletrônica do ordenador de despesa da **CONTRATANTE**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 - O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV E VII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1 - Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO (ART. 122 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no subitem 6.3 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1 - O valor total estimado da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V e VI DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19.03.2025.

7.2 - Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado na cláusula 7.1, a **CONTRATANTE** deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a **CONTRATADA** do início da instrução.

7.2.1 - Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.2 - Não iniciado o procedimento de reajuste pela **CONTRATANTE**, compete à **CONTRATADA** solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

7.2.3 - Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido na cláusula 7.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da **CONTRATADA**, do percentual a ser reajustado.

(i) Em caso de ausência de manifestação da **CONTRATADA** sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pela **CONTRATANTE**.

7.3 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** poderá pagar à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 - O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

7.8 - As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

8.1 - Além das exigências constantes neste Contrato, abaixo relacionadas, a **CONTRATANTE** ficará obrigada às exigências constantes no Termo de Referência, bem como nas demais condições e normas legais aplicáveis. São obrigações da **CONTRATANTE**:

8.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 - Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.5 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6 - Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 - Cientificar a Chefia Administrativa da **CONTRATANTE** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.2 - A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.1.10 - Quando couber, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII DA LEI Nº 14.133, DE 2021 e RESOLUÇÃO N.º37/2009-CNMP)

9.1 - A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, inclusive às constantes do Termo de Referência, em anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf), a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3 - Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

9.5.4 - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

9.5.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.6 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8 - Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;

9.10 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **CONTRATANTE**;

9.15 - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17** - Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18** - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19** - Submeter previamente, por escrito, à **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação;
- 9.20** - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21** - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23** - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24** - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25** - Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27** - Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28** - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.29** - Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

- 10.1** - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

- 11.1** - As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

- 12.1** - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 - Indenizações e multas.

12.4 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 - A **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.5.1 - nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.5.2 - nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do contrato.

12.6 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 00001/200090;

II) Fonte de Recursos:;

III) PTRES:;

IV) Elemento de Despesa:;

V) Plano Interno (PI):; e

VI) Nota de Empenho: 202..NE.....

13.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante juntada ao presente Termo de Contrato da Informação de Crédito Orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

14.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES (ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

16.1 - Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO (ART. 94 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

17.1 - Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial do Ministério Público Federal (portal da transparência) na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao §2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do §3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1 - A **CONTRATADA**, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

18.2 - No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** se obriga a:

(a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo **CONTRATANTE**;

(b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do **CONTRATANTE** e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

(c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;

(d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao **CONTRATANTE** em caso de solicitação (segue, em anexo, o modelo de TCMS sugerido pela Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais - UEPDAP/CNMP);

- (e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- (f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
- (g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;
- (h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;
- (i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irreversível, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;
- (j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
- (k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
- (l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
- (m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

18.3 - O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

18.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO (ART. 92, §1º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

19.1 - É eleito o Foro da **Justiça Federal em**, **Seção Judiciária de**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 - E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Local (XX), ... de de
(Data de edição do documento)

(Assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da CONTRATANTE

(Assinado eletronicamente)
.....
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

(Assinado eletronicamente)

Testemunhas 1

CPF: ***.XXX.***-**

(Assinado eletronicamente)

Testemunha 2

CPF: ***.XXX.***-**

Orientações para assinatura eletrônica

1 - Acessar o link : <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>

2 - Preencher "LOGIN e SENHA"

3 - Acessar "ASSINAR DOCUMENTOS"

4 - Conferir e assinar o documento